DOI 10.61470/o.v23i1.74915

Um antissemitismo pró-Israel: anotações sobre a adesão de uma parcela da comunidade judaica brasileira ao Bolsonarismo

Sergio Schargel, Doutor em Comunicação, Editor e

Docente UFRJ

Resumo
A intolerância ao judeu é um fenômeno tão antigo quanto o judaísmo, embora o antissemitismo tenha sofrido largas reconfigurações ao longo dos séculos. No século XX, transiciona de um ódio religioso para um ódio étnico, a despeito da larga discussão se os judeus seriam ou não uma etnia. Por meio de uma mescla entre uma discussão teórica sobre antissemitismo histórico e o cenário político contemporâneo no Brasil, a intenção deste artigo é apresentar algumas formas com que o antissemitismo se manifesta no atual cenário político e social nacional, bem como questionar algumas das razões pelas quais uma parte da comunidade judaica aderiu a um político com histórico de antissemitismo. Para isso, o artigo propõe a classificação do antissemitismo brasileiro como "velado", por não ser tão explícito e aberto quanto versões de outros espaços-tempo. Isso, aliado a alguns elementos como o apoio de Jair Bolsonaro a Israel e a associação entre a esquerda e a Palestina, foi suficiente para que essa parcela colocasse o antissemitismo em segundo plano e apoiasse o candidato.

Palavras-chave
Antissemitismo; Bolsonarismo; religião; etnia; antissemitismo velado.

A pro-Israel antisemitism: motes on the adherence of a segment of the Brazilian Jewish community to Bolsonarism

Abstract
The intolerance toward Jews is a phenomenon as old as Judaism itself, although antisemitism has undergone significant reconfigurations over the centuries. In the 20th century, it transitioned from religious hatred to ethnic hatred, despite the extensive debate over whether Jews constitute an ethnicity. Through a combination of theoretical discussion on historical antisemitism and the contemporary political landscape in Brazil, the aim of this article is to present some ways in which antisemitism manifests in the current national political and social context, as well as to question some of the reasons why part of the Jewish community supported a politician with a history of antisemitism. To achieve this, the paper proposes classifying Brazilian antisemitism as "veiled", as it is not as explicit and overt as versions seen in other times and places. This, coupled with factors such as Jair Bolsonaro's support for Israel and the association of the left with Palestine, was sufficient for this segment of the Brazilian Jewish community to ignore Bolsonaro's antisemitism.

Keywords
Anti-Semitism; Bolsonarism; religion; ethnicity; veiled anti-Semitism.

Un antisemitismo pro-Israel: notas sobre la adhesión de un segmento de la comunidad judía brasileña al bolsonarismo

Resumen
La intolerancia hacia los judíos es un fenómeno tan antiguo como el judaísmo, aunque el antisemitismo ha experimentado grandes reconfiguraciones a lo largo de los siglos. En el siglo XX, transiciona de un odio religioso a un odio étnico, a pesar de la amplia discusión sobre si los judíos constituyen o no una etnia. A través de una mezcla entre una discusión teórica sobre el antisemitismo

histórico y el escenario político contemporáneo en Brasil, la intención de este artículo es presentar algunas formas en que el antisemitismo se manifiesta en el actual contexto político y social del país, así como cuestionar algunas de las razones por las cuales una parte de la comunidad judía apoyó a un político con un historial de antisemitismo. Para ello, el artículo propone clasificar el antisemitismo brasileño como "velado", por no ser tan explícito y abierto como las versiones de otros tiempos y lugares. Esto, sumado a elementos como el apoyo de Jair Bolsonaro a Israel y la asociación entre la izquierda y Palestina, fue suficiente para que este grupo relegara el antisemitismo a un segundo plano y apoyara al candidato.

Palabras clave
Antisemitismo; Bolsonarismo; religión; etnia; antisemitismo velado.

"*Ele fez uma cara de dor, um olhar que só os judeus são capazes de mostrar*" (FONSECA, 1998, p. 31).

Introdução

Tendo mais trinta anos de carreira, mais de dez romances publicados e vencido o Prêmio Jabuti com *Inferno*, Patrícia Melo já se consolidou no cânone literário contemporâneo. Em suas reconstruções, trabalha com distintos personagens marginais, trazendo minorias para o centro de suas ficções: mulheres, judeus, homossexuais, negros. Por vezes, como em *Valsa negra*, essa marginalização se funde e se intersecciona: machismo com antissemitismo, racismo com homofobia, em diante. Mais do que isso: Melo atualiza o cânone literário brasileiro sobre uma espécie de literatura sobre a violência, colocando no centro do palco discussões identitárias que são secundárias, por exemplo, em Rubem Fonseca.

Quando se fala de literatura judaica, se fala inevitavelmente também de literatura antissemita: grande parte da produção literária judaica brasileira se intersecciona com o antissemitismo brasileiro. Mesmo em livros em que o judaísmo é apenas um pano de fundo, como em *Valsa negra*, de Patrícia Melo, o antissemitismo acaba se sobressaindo. Assim como na realidade, neste livro de Melo é justamente o antissemitismo do protagonista que acaba por fortalecer a identidade judaica de sua mulher. O protagonista, cujo nome nunca é revelado, não tolera a ideia de que sua companheira possa ter algo que fuja de seu controle: uma identidade da qual ele nunca pode partilhar. Assim, em *Valsa negra*, o antissemitismo se amalgama com o machismo até o seu derradeiro final.

Inevitavelmente os impactos do antissemitismo se refletem direta e indiretamente na literatura de escritores da comunidade, sejam eles seculares ou religiosos. Moacyr Scliar, para tomar como exemplo aquele que talvez seja o mais conhecido escritor judeu brasileiro, permeia grande parte de suas ficções com sua identidade judaica. Em *Enigmas da culpa*, por

exemplo, Scliar trabalha, através de ensaios, a pós-memória herdada do trauma do Holocausto, angústia que gerações posteriores, como a de Scliar e como a minha, vivenciam mesmo sem ter estado nos campos.

Mas, afinal, o que é antissemitismo? Conceito com ampla fortuna crítica, seria impossível cobrir, e tampouco é o objetivo, sua definição em toda a sua polissemia. No entanto, é preciso ao menos conceitualizá-lo e contextualizá-lo para prosseguir no debate sobre a comunidade judaica.

Sobre o antissemitismo

A própria definição de judaísmo não é simples. Em milênios, não se chegou a um consenso. Óbvio que se trata de uma religião, um aspecto cultural, mas seria também uma etnia? Ser judeu seria equivalente, por exemplo, a ser irlandês, ou italiano? Como explicar a situação paradoxal dos que se denominam "judeus seculares"? Paradoxal, pois pressupõe um simultâneo afastamento e proximidade da religião. Ao mesmo tempo em que nega a essencialidade da religiosidade à vida, o judaísmo secular, para o sê-lo, necessita ao menos alguma forma de proximidade com essa mesma religiosidade. Por mais que com uma visão desencantada do mundo, para retomar as ideias de Weber, ainda assim com elementos e tradições religiosas. Um judeu secular pode não comer comida *kosher*, por exemplo, ou mesmo acreditar em deus, mas ao mesmo tempo comemorar o *channuakah*, ou o *pessach*. Mantém traços da religião, seja por afinidade, seja por tradição, mas a rejeita como norte. Entretanto, permanece judeu. Um judeu-ateu não soa tão estranho quanto soaria alguém que se denominasse cristão-ateu.

A questão do judeu não religioso não é novidade. Já estava em voga mesmo antes do Nazismo — Anatol Rosenfeld (2012, p. 97) lembra de forma crítica que, três meses antes do *Anschluss*, Rudolf Bienenfeld já dedicara uma palestra ao tema em Viena. Para Bienenfeld, a resposta à aporia dos judeus-ateus reside em uma concepção metafísica do judaísmo, uma manutenção de traços de fé judaica sintetizados em ideias como Justiça, Fraternidade, Razão e Além-Mundo que permitem que, mesmo sem religião, descendentes de judeus se identifiquem como tais. Na prática, no entanto, tal concepção bebe diretamente da tradição religiosa e pouco ajuda a solucionar a questão, propondo que, mesmo secularizados, esses grupos ainda possuem traços religiosos inerentes e dissociáveis. Afinal, um judeu pode não compartilhar nenhum desses pilares, mas nem por isso deixará de ser considerado como judeu.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Como traz Fontette (1989, p. 11), o *Petit Larousse Illustré* de 1988 registra que judeu é uma "Pessoa pertencente ao povo judeu, à comunidade israelita [...] Que professa a religião judaica". Na prática, tal definição mantém a interpretação do judaísmo simultaneamente como etnia e religião. E como chama atenção Fontette (1989, p. 11) uma vez mais, é interessante a própria evolução do conceito de judaísmo após o Holocausto, em consonância com o que foi descrito neste trabalho como *antissemitismo velado*, conforme o *Larousse* colocava "usurário" como sinônimo de judeu nas edições até 1965. Clichês que permaneciam, recebendo verniz canônico quando imortalizados em dicionários e outros escritos semelhantes.

Rosenfeld define judaísmo como uma "designação difusa de um grupo étnico não muito bem definido, sem homogeneidade racial mas distinguido por certo lastro histórico comum e por certa situação de marginalidade. Os seus componentes são cidadãos de muitos países, entre os quais se conta também Israel" (ROSENFELD, 2012, p. 384). Já para Albert Memmi, em seu ensaio *Negritude and Judeity*, judaísmo é seguir a tradição judaica. Mas isso não basta. Alguns neopentecostais, como Edir Macedo, usam símbolos e elementos parciais da tradição judaica, enquanto outros judeus seculares pouco ou nada a seguem. Entram, então, outros pontos: a judaicidade, ou o pertencimento judeu, e a judeidade, ou o sentir-se judeu. Ou seja, não basta seguir a tradição, utilizar a indumentária ou símbolos judaicos, é preciso que o indivíduo se identifique e se entenda como judeu para o sê-lo. Sentimento de identificação que, com a criação de Israel e após o Holocausto, se tornou mais explícito, em paralelo com a diminuição global do antissemitismo:

> Isso explica por que no século passado muitos judeus franceses tenham preferido ser tratados de israelitas, o que tinha um ar mais conveniente e 'assimilado', a serem chamados de judeus. Mas, depois do segundo conflito mundial, a lembrança de Auschwitz, a criação do Estado de Israel, as primeiras décadas de sua existência, devolveram a muitos judeus uma razão de sobreviver e de levantar a cabeça com orgulho, de modo que muitas vezes o uso do termo 'israelita' tem algo de fora de moda, ou até de inconveniente, como se aquele que o pronuncia fosse anti-semita e tivesse medo de sujar a boca dizendo a palavra 'judeu' (FONTETTE, 1989, p. 12).

Embora a intolerância contra o judeu seja tão antiga quanto a religião em si, o conceito de antissemitismo só surge no fim do século XIX, definido por Wilhelm Marr (FONTETTE, 1989, p. 09). E surge no momento mais apropriado; quando o ódio ao judeu migra de um ódio religioso para um ódio racial, consequência da ascensão das teorias eugenistas em voga na época. Naturalmente, o antissemitismo já existia antes da definição do conceito. O antissemitismo, assim, não se limita a atacar os judeus enquanto religião, mas também

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

enquanto comunidade identificada como etnia ou raça. Isto é, judeus secularizados e "assimilados" são também alvos da intolerância, que transcende a rejeição da religião.

Na prática, o antissemita desloca ao judeu não somente a função de bode expiatório, mas também um exercício de desumanização. O judeu não é um homem, portanto, mas um monstro. Nesse contexto, se ressalta a interpretação de Michel Foucault (2010, p. 47) ao sustentar que o monstro representa uma transgressão legal, não meramente no âmbito das normas sociais, mas também das leis da natureza. Em sua condição de desviante conduzido ao extremo, o monstro rompe com o paradigma do que é convencionalmente identificado como humano. Ainda que mantenha uma relação com o humano, sua classificação como tal torna-se inviável. O monstro ultrapassa os limites do familiar e do conhecido, suscitando uma dualidade entre horror e fascínio, ao desestabilizar aquilo que é considerado normal.

Fontette (1989, p. 09) também destaca o quanto o termo é inapropriado, considerando que o "adjetivo semita ou semítico deve aplicar-se a línguas e não a raças ou a etnias; por outro lado, se o hebraico é uma língua semítica, o árabe também o é". Consagrado como conceito, portanto, a própria ideia de antissemitismo é errônea e ambígua. Embora seja voltado e popularizado como o ódio aos judeus, seja como religião ou etnia, seu conceito, pelo menos na raiz da palavra, também engloba árabes.

Eis como age o antissemita "velado", por pequenos meios, por pequenas atitudes. Críticas ao Estado de Israel se misturando com críticas ao próprio judaísmo em si, fundidas em um antissemitismo travestido de antissionismo. Críticas ao sionismo passam a ser deturpadas e utilizadas para resgatar imagens antissemitas clássicas, como a do judeu internacional, com uma maquiagem para não ferir o véu de tolerância que se formou após o Holocausto. A imagem já repetida à exaustão, por exemplo, de que os judeus praticam com a comunidade palestina a mesma violência que sofreram na Segunda Guerra. Ideia sintetizada no cartaz que uma mulher veiculou em um protesto em Higienópolis em 2021: "judeus usam a cartilha de Hitler" (DOUEK, 2021).

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Figura 1 - Diagrama com os tipos de antissemitismo antes e depois da Guerra



Fonte: elaboração própria, com base no software Canva

Um dos exemplos possíveis dos formatos contemporâneos de antissemitismo recai sobre o bilionário judeu George Soros. O bode expiatório e a retórica antiglobalismo se disseminou na Hungria de Viktor Orbán, país tradicionalmente antissemita, e foi absorvido pelos Estados Unidos e, posteriormente, pelo Brasil. Isso sem mencionar outros países, como Turquia, Itália, França, Reino Unido, Polônia e Países Baixos. Além do próprio Bolsonaro. Enfim, nos dias de hoje praticamente toda nação com algum movimento relevante de extrema direita utiliza Soros como bode expiatório.

O antissemitismo manifestado de forma velada ou direta contra George Soros não se limita apenas ao discurso, mas também se manifesta em atos de violência. Um exemplo marcante ocorreu em 2018, quando ocorreu o ataque antissemita mais violento da história dos Estados Unidos. Um atirador invadiu uma sinagoga em Pittsburgh, resultando na trágica morte de onze pessoas. Além de acreditar nas teorias conspiratórias antijudaicas tradicionais, Robert Bowers adicionava uma reciclagem ao caldo: o mito de Soros (PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 161). Velhas e novas teorias da conspiração se mesclavam nos escritos do assassino, evidenciando que o antissemitismo não desapareceu com o fim da Guerra, apenas mutou em novas formas. Isso não impede que as formas antigas permaneçam vivas, conforme evidenciado pelo Congresso Judaico Mundial em 2018, que descobriu que, no

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

espaço de dois anos, houve um crescimento de 30% em comentários antissemitas e negacionistas do Holocausto nas redes sociais (PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 167).

Comparado ao resto do mundo, não é absurdo dizer que o Brasil tem níveis historicamente baixos de antissemitismo. Ainda que tenha tido diversas manifestações antissemitas por sua História, em particular durante a Era Vargas, após o Holocausto e a criação de Israel ocorreu o mesmo que no resto do mundo: uma diluição no ódio ao judeu. Afinal, como trazem Michel Gherman e Monica Grin, o Holocausto foi visto por uma parcela dos judeus como "a prova da inviabilidade da vida judaica fora de Israel, apontando para a necessidade da existência de um Estado Judeu" (GHERMAN; GRIN, 2016, p. 219). Não que tenha desaparecido, mas se tornou mais rarefeito, pontual. Ele permanece em pequenos momentos, em situações, em aspectos mais velados, mas não como política de Estado, algo destacado pelo *Antisemitism World Report* em 1995. Manifestações antissemitas não são a regra, mas a exceção. Ou ao menos assim era, até o crescimento da extrema direita no século XXI.

Contudo, não se pode negar o processo de apagamento do antissemitismo da memória institucional brasileira. Como se nunca tivesse existido, as políticas antissemitas do início do século XX são esquecidas, relegadas a segundo plano. Talvez o Brasil não tenha experimentado um antissemitismo tão forte quanto na Europa ou nos Estados Unidos na mesma época, o que não significa que não tenha existido. Enquanto nesses outros países o fenômeno se espalhava por toda a população, no Brasil, curiosamente, era mais limitado a intelectuais, como Gustavo Barroso. Um antissemitismo que tem raízes antigas, como também lembra o processo (ainda que mais lusitano do que brasileiro) de transformação em cristão-novo e da Inquisição.

Vale lembrar que cabe ao Integralismo a autoria do *Plano Cohen*, outro documento falso anticomunista e antissemita, que atribui à figura do "judeu comunista" a responsabilidade de um suposto plano comunista para tomada de poder. O *Plano* foi utilizado como justificativa para o recrudescimento autoritário do Estado Novo. Ironicamente, o próprio Estado Novo, no ano seguinte, iria passar a perseguir também os integralistas, forçando o autoexílio de Plínio Salgado.

É impossível falar de judaísmo no Brasil sem olhar para o Nordeste. Como se sabe, uma dessas maiores comunidades se estabeleceu em Recife, Pernambuco. Diferente da América portuguesa, lá os judeus gozavam de relativa liberdade religiosa e social. Alguns historiadores chegaram a afirmar que houvesse o dobro de judeus a cristãos em Recife (quase

1500, semelhante à população judaica de Amsterdam). Já Wiznitzer sugeriu uma proporção de quase 50% de judeus para cristãos, enquanto outros apontaram números mais conservadores. Os números de Wiznitzer são mais aceitos, mas ainda assim contestados (IGEL, 1997, p. XIX).

Apesar das disputas sobre os números exatos, é inegável que Recife foi palco de uma comunidade judaica significativa, com um número considerável de adeptos da fé judaica. Independentemente da quantidade exata de pessoas proferindo a fé judaica na cidade, o fato é que a capital do Brasil-holandês foi pioneira no estabelecimento de uma comunidade nas Américas.

Pertinente ressaltar que após a retomada de Pernambuco pelos portugueses muitos desses judeus migraram para Nova Amsterdam, que logo se transformaria em Nova York, dando início à primeira comunidade judaica na América do Norte. Igel (1997, p. XXII) lembra, por exemplo, que o cemitério judaico da cidade mais populosa dos EUA se chamava Brazilian Cemetery.

No contemporâneo, grupos neonazistas se espalham pelo país, encontrando respaldo e conforto na retórica de extrema direita. Embora menos politicamente influentes em relação aos "fascistas engravatados" (SCHARGEL; GUIMARÃES, 2023), seu crescimento reflete o enfraquecimento da democracia como valor político-social no Brasil. Esses grupos, obviamente antissemitas, dialogam e trocam inspirações e estratégias com seus pares internacionais, em um espaço de intercâmbio facilitado pelas redes sociais. Ao mesmo tempo, possuem características e idiossincrasias típicas do Brasil, como a adição do nordestino ao caldo de ódio direcionado a inimigos desumanizados — substituindo os imigrantes, grupo sem grande influência no país (PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 134).

Adriana Dias identificou em 2020 um total de pelo menos 349 células neonazistas ativas no Brasil, com média de até noventa pessoas cada. Em 2013, um total de 150 mil simpatizantes; número que, desde então, só aumentou (LOPES, 2013). Se por si só esse dado já seria alarmante e suficiente para crer na ascensão do neonazismo no país, a pesquisadora chama atenção para outro dado ainda mais assustador: uma quantidade muito maior de pessoas baixa materiais disponibilizados por esses grupos (PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 137). Ou seja, indivíduos que não chegam a participar explicitamente dessas células, mas que são, no mínimo, curiosos sobre os materiais que elas disseminam.

Esses elementos nos colocam uma questão: por que, mesmo com esse antissemitismo mascarado por parte do Bolsonarismo, parcela significativa da comunidade judaica apoiou

Bolsonaro? Indo além, o que explica que minorias adiram a políticas e políticos que vão contra seus interesses, ao menos em teoria? Alguns empresários judeus foram parte influente do círculo de poder que se formou após as eleições de 2018, com destaque para nomes como Fábio Wajngarten, ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom). O próprio ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, embora filho da mãe católica, é descendente de judeus poloneses por parte de pai.

O Bolsonarismo e a comunidade judaica

Bolsonaro acena constantemente a Israel. Um aceno que, na verdade, é mais à comunidade neopentecostal do que para os judeus, mas que acaba por servir a ambos— como transparece na fala de Bispa Sônia, da Igreja Renascer, "Pela primeira vez, na presidência do Brasil, se ouviu o nome de Deus acima de todos" (MONTEIRO; TEIXEIRA, 2020, p. 32). A importância do gesto de batismo de Bolsonaro no Rio Jordão é evidenciado pela crença de parte dos pentecostais de que o ex-presidente também seria um. Embora católico, o aceno o permitiu se embranhar no imaginário de parte da população, representando um possível presidente evangélico, mesmo não o sendo. Estratégia funcional, considerando seu apoio em 70% dessa comunidade em 2018.

Tanto melhor que este aceno afasta a incômoda imagem do nazifascismo, afinal, como pode um nazifascista ser apoiado por um pedaço da comunidade judaica? Algo semelhante ao que acontece em alguns países da Europa Ocidental, como identificado por José Pedro Zúquete (2011), em que a extrema direita cooptou o judaísmo e o feminismo como ferramentas para combater um novo inimigo específico, o Islã. Uma forma, portanto, de rejeitar imagens e comparações incômodas com movimentos de extrema direita do passado. Afinal, um antissemitismo explícito e extremo, que prega violência física, após o Holocausto e Israel, não é tão bem-visto quanto antes de 1945.

Como argumenta outro autor, Rodrigo Toniol (2021), em chave semelhante à de Gherman (2022), a imagem do judeu para o Bolsonarismo encarna uma figura idealizada, beirando o mitológico. O judeu não é um judeu, mas uma entidade que "apresenta as características que se deseja que ele tenha" (TONIOL, 2021, p. 87). Ou seja, uma caixa sobre a qual Bolsonaro e seus seguidores encaixam e lançam mão conforme a conveniência, ou um véu que permite que escondam seus antissemitismos. Um *antissemitismo velado*, nesse sentido, por permitir que escondam a intolerância por meio de subterfúgios retóricos e discursivos. Deste ponto decorre o processo de *desjudeização* do qual Gherman (2022) fala: o

judaísmo se torna um rótulo benevolente apenas àqueles que apoiam e aderem ao Bolsonarismo, sejam eles judeus ou não. Os demais, mesmo quando judeus, são renegados enquanto tais.

Vale mencionar também que uma parcela significativa dos moradores de Higienópolis aderiu aos protestos contra Bolsonaro em 2020. Tratando-se de um bairro de classe alta e tradicionalmente judaico, esse elemento ajuda a evidenciar que o apoio ao Bolsonarismo não é uniforme entre os judeus, mesmo entre aqueles com maior poder aquisitivo. Ou, no mínimo, ilustra um distanciamento que ocorreu nos dois anos que separaram as eleições de 2018 do início da pandemia. Isso não impediu que veículos de esquerda, como o *Diário do Centro do Mundo*, insistissem na associação entre judaísmo e Bolsonarismo, reforçando estereótipos clássicos do antissemitismo, ao afirmar que "o tradicional bairro judaico paulistano, cuja comunidade comanda as finanças da capital" (apud PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 38)[1].

A comunidade judaica não é a única que promove essas supostas contradições, como percebeu Nicolau (2021, p. 39). Segundo mostra, há uma tendência global contemporânea de que eleitores de nível educacional mais baixo votem em candidatos de direita, ao menos em teoria contradizendo o que se esperaria deles. Até a década de 1970, havia uma tendência de que eleitores de menor escolaridade aderissem "a clivagem de classes" e apoiassem a esquerda. No contemporâneo, eleitores de maior escolaridade votaram mais, por exemplo, em Hillary Clinton em 2016 e no Partido Trabalhista no Reino Unido em 2019, enquanto os de menor escolaridade votaram em Donald Trump e no Partido Conservador. Uma suposta aporia que se repete, por exemplo, no apoio de minorias a candidatos que supostamente vão contra seus interesses, como os 30% da comunidade LGBTQ+ brasileira a Bolsonaro[2]. Em 2018, nos dados de Nicolau (2021, p. 44), Bolsonaro manteve próximo, em relação a eleições anteriores do PSDB, a quantidade de votos dos que têm ensino superior, mas teve crescimento massivo entre aqueles de baixa escolaridade. Uma das possíveis explicações pode ser pensada sobre a forma com que Bolsonaro capitalizou o discurso de segurança pública, oferecendo

1 O antissemitismo de esquerda, frequentemente mesclado com antissionismo, também apareceu com força no impeachment de 2016. O veículo *Portal Vermelho*, por exemplo, acusou Israel de estar ligado ao processo, com interesses escusos e imperialistas sobre o Brasil. De acordo com o site, a comprovação seria o sobrenome supostamente judaico de três ministros: Raul Jungmann, Sergio Etchegoyen e Ilan Goldfajn — ignorando que, dentre eles, apenas o terceiro possui origem judaica (PSZCZOL; VAITSMAN, 2020, p. 39).

2 Cumpre assinalar a declaração de Bolsonaro em 2002, na qual ele expressou que "Não vou bater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater" (BARRETTO JR., 2021, p. 12), destacando a contradição entre sua afirmação inicial e subsequente correção. Esta observação ilustra a postura agressiva do ex-presidente em relação à comunidade LGBTQ+, refletindo em restrições e ameaças à liberdade de ser.

soluções radicais distintas de qualquer candidato anterior, apontado como o tema de maior preocupação pelo eleitorado (18%) e que tende a impactar mais os que têm menor escolaridade (NICOLAU, 2021, p. 45).

Há também casos de políticos extremistas que fazem parte de um grupo minoritário, embora ataquem outros. Geert Wilders, cujo partido que criou, Partij voor de Vrijheid (PVV), em 2023 venceu as eleições nos Países Baixos, é exemplo histórico. Wilders utiliza um discurso que coloca o Islã como perpetrador de imensa violência contra a comunidade LGBTQ+ neerlandesa, tentando capitalizar esse eleitorado. Com propostas simpáticas ao segmento, lança mão da histeria populista para acusar que os imigrantes de origem islâmica ameaçam as liberdades conquistadas pela comunidade.

Mais claro era Pym Fortuyn, também nos Países Baixos. Fortuyn era abertamente homossexual e declarava que o Islã era incompatível com os direitos LGBTQ+. Um cenário mais intrigante surge na AfD, onde Alice Weidel, uma figura de destaque no partido, é homossexual, apesar de seu partido se posicionar contra os direitos homossexuais (TRAVERSO, 2021, p. 49). Contradições nítidas, de complexa compreensão, mas diretamente relacionadas às hipóteses que temos trabalhado.

Para Traverso (2021, p. 50), a extrema direita contemporânea se viu compelida a ajustar seu discurso para manter relevância no cenário político. Certas negações históricas de direitos conquistados nas últimas décadas soariam anacrônicas nos dias atuais. Em outras palavras, precisaram escolher suas batalhas, sob risco de ostracismo. Assim como a esquerda é forçada a constantes concessões, a extrema direita precisou se adaptar. O antifeminismo, por exemplo, não somente é secundário nos extremistas franceses, como mesmo o feminismo é utilizado como justificativa para atacar o inimigo prioritário: o Islã. Isso não implica que esses extremistas não reproduzam discursos que evocam características clássicas do fascismo do passado; apenas reflete a necessidade de moderação no debate público, embora “escapadas” de frases e comentários reeditando esses elementos não sejam incomuns.

No Brasil ocorre semelhante: Bolsonaro, mesmo sendo antissemita, captura e utiliza o judaísmo como ferramenta para atacar seus inimigos prioritários. Um canto da sereia, portanto, que atrai grupos minoritários contra o que enxergam como inimigos comuns. No jogo político, a habilidade de adaptar-se ao contexto é crucial, e a extrema direita se encontra constantemente moldando sua retórica para se manter no centro das atenções.

Paul Weithman ajuda a entender a questão do apoio de minorias a políticos autoritários, embora em um contexto distinto do que se trabalha aqui. Para isso, discute a

questão de que supostamente a eleição de Trump teria colocado em xeque questões relativas à teoria liberal de John Rawls, ou mesmo à teoria política liberal em geral. Mas ele argumenta que, na verdade, o que ocorre é o contrário. A eleição do Trump não questionou os argumentos de Rawls, mas na realidade os corroborou. Por alguns motivos, mas o principal está na noção rawlsiana de reciprocidade, um pilar da estabilidade de uma democracia liberal. Para verificar isso, o autor lança mão da análise empírica feita por uma socióloga chamada Arlie Hochschild entre eleitores do Trump para evidenciar que existem dois tipos de reciprocidade, e a que falha não é a mesma proposta por Rawls.

O autor começa discutindo a assertiva de que as eleições estadunidenses de 2016 foram decididas por eleitores indignados da classe trabalhadora, majoritariamente brancos, frustrados com a ascensão de direitos para minorias e sua suposta consequente perda de espaço. Weithman discute a análise empírica das entrevistas em profundidade de Hochshild, que entrevistou trabalhadores para entender o apoio de parte deles para um movimento político que teoricamente iria contra os seus interesses, concluindo que a antipatia desses trabalhadores para com governos liberais era superior aos ganhos que acreditariam que receberiam. Em parte devido a um mito, que o autor chama de *deep story*, de que esses indivíduos estariam sendo prejudicados em função das minorias.

Hochschild mostrou em seu trabalho que o medo desses trabalhadores brancos em relação ao futuro, principalmente por se sentirem preteridos em função de minorias, acabaria por solapar outros de seus interesses, que também os afetavam diretamente, como a questão ambiental. Em suma, uma forma de interesse se sobressaia sobre a outra, e era privilegiada. Seus entrevistados sentiam como se estivessem, de acordo com a alegoria que a pesquisadora usa, esperando em uma longa fila pelo *American Dream*. Só que, na interpretação desses trabalhadores, a espera era infrutífera, conforme minorias — mulheres, negros, latinos — começaram a furar a fila por meio de ações afirmativas ou políticas públicas. Indo além: na interpretação desses indivíduos, não apenas a fila não anda, como são forçados a sentir pena pelos que identificam como seus algozes. Via de regra, se afirmam pessoas boas, cidadãos de bem, "de bom coração" (WEITHMAN, 2020, p. 02); mas a benevolência tem um limite, e não é conveniente ser simpático àqueles que o ameaçam. O governo foi capturado, na prática, e se tornou método de distribuição de dinheiro àqueles que não merecem.

Essa interpretação particular da realidade ressalta o dito por Ricoeur (2015, p. 22) em *Ideologia e utopia*: a realidade se constrói a partir do sujeito. Inclusive, este é, em um resumo, o significado simplificado de ideologia. Na necessidade de deslocar um culpado para os

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

ressentimentos de classe, os entrevistados projetaram uma interpretação do real que ataca outros grupos, colocando-os com forças muito superiores às que de fato possuem.

O problema é que supostamente essa *deep story* sugere que se está dizendo que o processo de alargar a democracia termina por miná-la. Isto é, ampliar a democracia seria o principal responsável por sua morte. Para Weithman (2020, p. 02), a eleição de Trump se conecta com a relação entre reciprocidade e estabilidade nos princípios de Rawls, e a incapacidade do Estado estadunidense em suprir essa relação.

Na concepção de Rawls, a reciprocidade é ponto imprescindível à justiça entre pessoas que contribuíram igualmente para gerá-la. Qualquer desvio dessa lógica deve ser justificado, mostrando que, de alguma forma, ela beneficia todos os envolvidos. Mais do que isso, desigualdades devem ser aplicadas em função daqueles que se beneficiem menos delas. Assim, as ideias de Horschild não questionam a teoria da reciprocidade rawlsiana, mas, na verdade, a incentivam. Pois mostram que foi justamente a ausência de reciprocidade que fomentou o surgimento do Trumpismo.

Weithman também é sóbrio quando percebe que apontar para esses eleitores que seus medos são irreais não vai fazer com que os medos desapareçam, correndo risco até de ter efeito perverso. Tampouco é simples convencê-los de que estão focando no ponto errado. Como mostra, o argumento de que todos contribuem igualmente vai ser rechaçado pelos eleitores entrevistados por Hochschild, que afirmam sua insatisfação na diferença que encontram em relação aos outros. Assim, nem mesmo o otimismo liberal vai fazer com que esses problemas desapareçam.

Isso porque na prática os entrevistados por Hochschild estão se baseando no contrafactual, no que poderia ter sido, por meio dessa comparação do presente com um passado idealizado. Quando os entrevistados concluem que a reciprocidade foi violada, que os que contribuem menos recebem recompensas melhores, eles se baseiam nesse contrafactual.

Rawls crê que a maior possibilidade da reciprocidade falhar é quando os mais poderosos se beneficiarem em função dos mais fracos (WEITHMAN, 2020, p. 03). Mas também entende que essa não é a única forma, dado o princípio da diferença. Há circunstâncias em que os menos afortunados podem se tornar os mais afortunados possível às custas dos que estão apenas acima deles. No entanto, Weithman (2020, p. 03) chama a atenção para o fato de que o princípio da diferença parece permitir exatamente o tipo de problema destacado no trabalho de Hochschild: a questão de “furar” a fila.

Mas Rawls previu essa questão, e argumentou que o princípio da diferença é um princípio de benefício mútuo, por meio do que ele chamou de conexão em cadeia (*chain connection*, no original). Isto é, segundo seu argumento, qualquer vantagem para os mais afortunados que melhore o bem-estar dos menos afortunados resulta em uma melhora geral para todos os envolvidos. Assim, o princípio da diferença atende pelas demandas da reciprocidade e evita ressentimento. O trabalho de Hochschild, como Weithman destaca, tem também a qualidade de perceber que ressentimentos não são direcionados apenas para classes acima na pirâmide social, mas também àquelas abaixo. E isso pode ser visto na análise sobre a comunidade judaica.

As ideias de Weithman se ligam com a definição que Rocha (2023) traz de *individualismo possessivo*. Conforme proposto por Crawford Brough Macpherson, e elemento que aparece nas entrevistas discutidas por Weithman e Hochschild, o *individualismo possessivo* é uma espécie de reinterpretação da ideia liberal do *self-made man*. Em português, a imagem do empreendedor que ascendeu sem apoio ou ajuda externa, mas por seus próprios méritos. Quando muito, essas pessoas crêem que suas conquistas vieram de deus, mas que nada devem ao Estado ou à sociedade, no limite sendo os únicos responsáveis. O *individualismo possessivo* é

> uma operação ideológica que facilita com que as pessoas passem a aderir, ou ao menos a não se colocar contra o avanço dessa lógica de mercado. As pessoas, por exemplo, olham para as grandes corporações, e falam "o presidente é que nem eu, ele não quer pagar imposto, ele conquistou aquilo por esforço próprio". É muito fácil fazer equalização, que é a mesma equalização que aconteceu nos EUA, em que os pequenos proprietários rurais passaram a se projetar nos grandes, imaginando-os como iguais. É uma operação ideológica que facilita a identificação. Ninguém vê problema em existir bilionários no mundo, as pessoas acham isso normal, certo, ou que cada vez mais tenham corporações maiores. No limite, a pessoa pensa "poderia ser eu, ele não deve nada à sociedade". Esse é o ponto: perceber as pessoas como desenraizadas da sociedade e sem nenhum tipo de dever, moral ou político, com relação à sociedade em que você está (ROCHA, 2024).

Como falou Michael Mann (2024) em entrevista ainda não publicada, esse fenômeno de adesão de parcelas das classes proletárias à extrema direita tem explicações históricas. Retornando para o fim da Guerra Fria, Mann determina que a transformação de utopia em distopia e o consequente enfraquecimento da social-democracia/social-liberalismo esgotou alternativas viáveis à esquerda. Aliado à incapacidade da esquerda contemporânea em acompanhar as transformações (não somente políticas e sociais, mas principalmente

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

comunicacionais e digitais), gerou um esvaziamento do movimento proletário em todo o planeta e uma debandada para a direita, mesmo que em aparente contradição. Na prática, no entanto, isso não é novo, basta lembrar da importância que as classes sociais mais baixas tiveram para o nazifascismo: "Com o declínio de movimentos trabalhistas, pessoas sem educação formal tornam-se suscetíveis a todo tipo de atrativos ideológicos. É perceptível que, com isso, eles muitas vezes optem por movimentos de extrema direita" (MANN, 2024, tradução minha).

Claro que, como o próprio Mann (2024) ressalta, há especificidades, não é simplesmente uma transição crua. Em grandes centros urbanos, a classe trabalhadora permanece, em maioria, tendendo para a esquerda. Por outro lado, em áreas rurais, o que é particularmente notável no caso do Trumpismo, tendem a votar na direita ou extrema direita. Na prática, parece que hoje em dia o voto sofre mais uma diferença espacial e regional do que de classes.

Como visto, um ponto em comum da atração ao judaísmo por uma parte da extrema direita europeia e brasileira se dá em torno de uma lógica racialista. Em ambos os casos, mas mais visível no europeu, o judaísmo atua como uma espécie de *white washing*. Disposto no *não-lugar*de ser um *branco-não-branco*, o judeu, principalmente no contexto particular brasileiro contemporâneo, é enxergado como branco. Mesmo no caso europeu, há uma aproximação de uma parcela desses dois grupos pautada na ideia de combate a um inimigo em comum, o não-branco oriental[3]— ignorando, como lembra Toniol (2021, p. 95), que existem judeus negros como os judeus etíopes. Ao judeu, mesmo não sendo branco por completo, é empregado uma espécie de aliança temporária contra uma ameaça maior. Ademais, também se torna conveniente por permitir a esses movimentos, em ambos os continentes, se afastarem da pecha de nazifascistas ou antissemitas, rótulo desconfortável após o Holocausto. Não que não sejam ambos, mas é mais conveniente mascará-los do que admiti-los.

A aproximação do Bolsonarismo com Israel também precisa ser retomada neste argumento. Para Toniol (2021, p. 93), Israel é visto como uma "nação modelo", enquanto Gherman (2022) prefere pensar em termos de uma "Israel imaginária", na mesma chave do já referido "judeu imaginário". Como um país que há anos lida com o governo extremista de Netanyahu, que vem gradualmente tornando o Estado teocrático e ampliando as violações aos

3 No entanto, sempre preciso lembrar da marginalização histórica, que permanece, do judeu europeu visto como fora do escopo de cidadãos de um estado-nação. Como lembra Hobsbawm (1990, p. 34), por exemplo, Dreyfus foi apontado como traidor porque não era visto como um verdadeiro francês, já que era judeu.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

direitos humanos, o Bolsonarismo o enxerga como uma espécie de projeção. Da mesma forma que o faz com a Hungria— o que explica também a aproximação com este país —, pensa em Israel como um possível futuro, como o ponto que deseja atingir. Soma-se a isso a visão do país do Oriente Médio como um bastião do Ocidente no meio da comunidade muçulmana, algo mais explicitado pela extrema direita europeia, mas não de todo estranho ao Bolsonarismo; e seu mote como local sagrado, principalmente Jerusalém, corroborado pelas igrejas neopentecostais. Como o próprio Bolsonaro revelou em um discurso "Olha o que eles não têm e veja o que eles são. [...] Como poderíamos ser iguais a eles? Tendo a mesma fé que eles têm" (TONIOL, 2021, p. 93). Longe de exclusivo de Bolsonaro, este filossemitismo oportunista está presente na bancada evangélica como um todo, sintetizado na frase do deputado Pastor Eurico: "Tudo que Israel toca o dedo é abençoado. Nunca vi um judeu passar fome" (GONÇALVES, 2019).

Tampouco é coincidência o apelo de Bolsonaro a seu próprio messianismo. Não foram poucas as oportunidades em que o político lançou mão da lembrança de seu sobrenome, "Messias". Nada mais natural, portanto, que as referências a um local sagrado para diversas religiões por um suposto "Messias". Se o restabelecimento judaico em Israel é visto, por parte dos neopentecostais, como passo necessário à segunda vinda de Cristo — de onde se explica o aparente estranho "sionismo cristão" — um profeta exemplar como Bolsonaro, embebido pelo messianismo, será capaz de liderar esse retorno. Importante ressaltar: para o Bolsonarismo, como bem percebe Toniol (2021, p. 94), Israel não é de sua população, mas deles próprios. Também não é sem motivo que Bolsonaro empregue o pronome possessivo *nosso* quando se refere ao país: "na criação do *nosso* Estado de Israel. Eu disse nosso" (TONIOL, 2021, p. 94, grifos meus); ou que suas bandeiras apareçam com frequência ao lado de outras duas, a do Brasil, símbolo lógico do nacionalismo, e a dos Estados Unidos, projeção máxima de um nacionalismo complexado que espelha na nação da América do Norte tudo o que deseja que o Brasil seja.

Toniol (2021, p. 94) também lembra outro ponto importante sobre a Israel e o judeu imaginários: a tradicional ligação e reverência com que uma parte da esquerda brasileira sempre tratou a Palestina. Sendo um movimento antiesquerdista em sentido lato, é compreensível que o Bolsonarismo rejeite símbolos e signos associados com o lado oposto do espectro (embora, sendo um movimento extremista, o lado oposto do espectro seja quase todo o espectro). Da mesma forma que a esquerda divulga bandeiras da Palestina em seus protestos, a extrema direita passou a espalhar bandeiras de Israel, como forma de se contrapor.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

No entanto, a rejeição não se limitou a esses aspectos, e transbordaram para algumas declarações e atos do presidente e de seus correligionários mais próximos, como seus filhos. Em particular no primeiro ano do governo, não obstante a tentativa malograda de Bolsonaro em mudar a embaixada de Israel para Jesuralém — algo que, na prática, deslegitima o Estado árabe —, Flávio Bolsonaro entrou em atrito com os palestinos após declarar que o "Hamas deveria se explodir" (FOLHA DE S.PAULO, 2019). A rejeição de símbolos associados à esquerda, portanto, se espalha à máquina pública, e se torna razão de Estado, mesmo que isso tenha colocado o Brasil em situação desconfortável com aliados estratégicos.

Para uma parte da comunidade judaica brasileira, e não só bolsonaristas, tal associação entre Palestina e a esquerda foi suficiente para a rejeição desta posição política. Bolsonaro e seus seguidores souberam lançar mão deste rancor que um fragmento da comunidade judaica tinha sobre a posição antissionista da esquerda, quando não antissemita. Era incompreensível, por exemplo, para os judeus dentro do Hebraica na noite da palestra que outros judeus se posicionassem contra um sionista. Pela primeira vez, para essas pessoas, os judeus sentiam-se parte de uma maioria, "finalmente viam seus símbolos usados no espaço público" (GHERMAN, 2022, p. 78).

Por outro lado, Bolsonaro nunca fez esforço para esconder algumas de suas associações com o nazifascismo, inclusive dentro da própria Hebraica. Em mais de uma oportunidade, fantasiou que teria um bisavô italiano que lutou a favor de Hitler na Segunda Guerra, quando, na verdade, seus antepassados vieram para o Brasil no século XIX. Seu pai, inclusive, chegou a ser filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a ser fichado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (GHERMAN, 2022, p. 85). Uma mentira sobre a qual insistiu tanto que, no mínimo, revela um desejo. Até no Hebraica, insistiu na falsidade de que sua família veio da Itália na década de 1930 ou 1940, revelando o paroxismo da contradição ao sugerir, em uma entidade judaica, sua admiração pelo nazifascismo.

Israel não é una, mas múltipla, assim como a comunidade judaica. Embora seja um Estado judaico, tratá-la como manifestação unívoca da heterogeneidade judaica revela antissemitismo. Uma parcela da esquerda brasileira tradicionalmente destilou este formato de antissemitismo, tratando Israel e a comunidade judaica como sinônimos, como se as políticas nacionais fossem a opinião e visão de todos os judeus. Não se duvida da heterogeneidade cristã, mesmo o cristianismo sendo a maior religião brasileira. Não se associa, por exemplo, as políticas de Estado brasileiras ao cristianismo, como se faz sobre Israel e o judaísmo. Esse

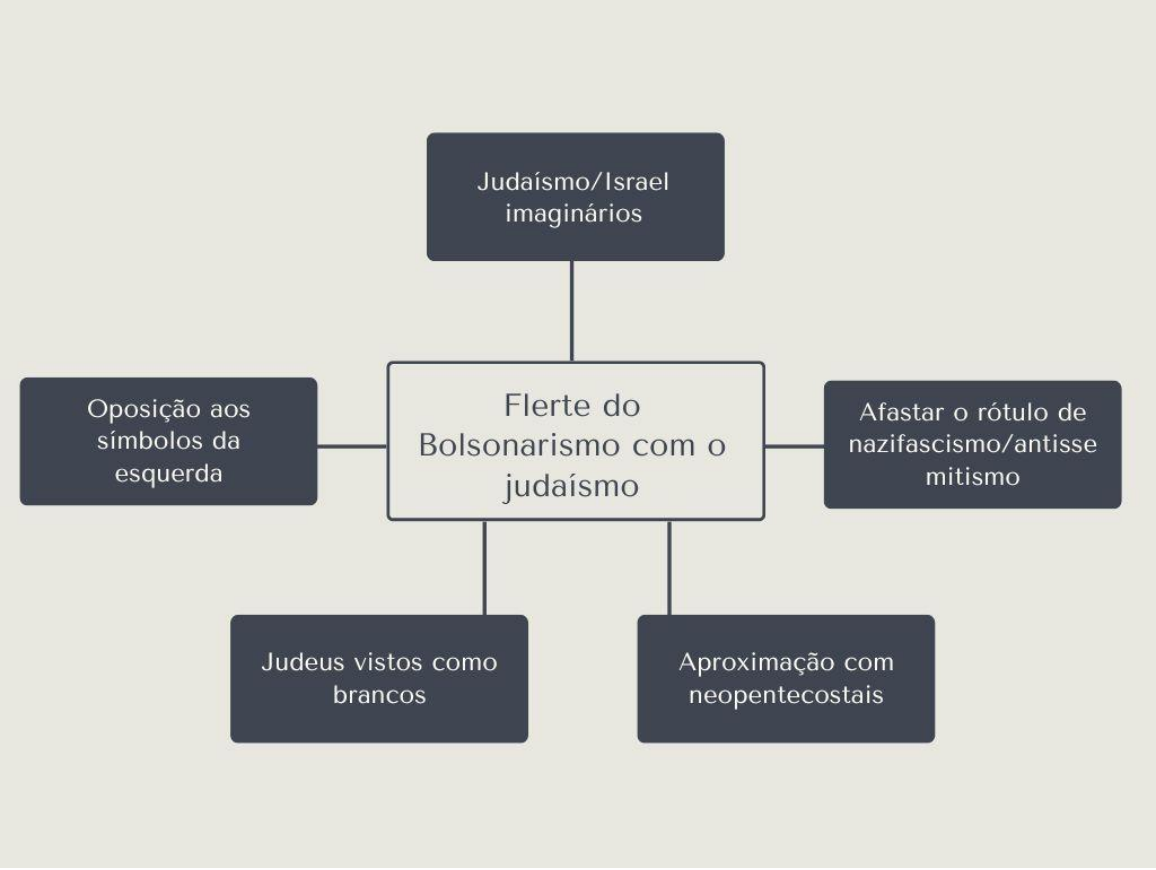
ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

fragmento da esquerda, portanto, não rejeita apenas o sionismo ou as políticas israelenses, mas toda a comunidade judaica em si. Como vimos, não é rara a repetição de argumentos como "os judeus repetem Hitler", suposta ironia histórica repetida *ad nauseum* como fosse constatação revolucionária.

Nesse sentido, embora também antissemita, o Bolsonarismo se veste de uma defesa da comunidade judaica que trabalha sobre o estético. Se as outras aproximações trabalham no político e no estratégico, nesse caso a pauta antiesquerdista transborda para o tratamento da simbologia da extrema direita. Da mesma forma com que rejeita e se opõe a tudo que é visto como de esquerda, por silogismo o mesmo ocorre com a Palestina. E nessa lógica binária, se a Palestina é vinculada à esquerda, logo Israel deve ser vista sob a direita.

A imagem abaixo sistematiza e resume os principais elementos que explicam a aproximação entre a comunidade judaica e o Bolsonarismo.

Figura 2 - Diagrama com alguns dos motivos que levam o Bolsonarismo a se aproximar da comunidade judaica brasileira



Fonte: elaboração própria, com base no *software* Canva

Considerações finais

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

A análise da relação entre o Bolsonarismo e a comunidade judaica brasileira revela uma complexa interseção de estratégias políticas, apropriações simbólicas e discursos contraditórios. Mesmo que tenha histórico de antissemitismo, uma parcela da comunidade judaica brasileira o apoiou. No entanto, a instrumentalização dessa relação, pautada em uma visão binária que associa Israel à direita e Palestina à esquerda, obscurece a multiplicidade das identidades judaicas e reforça preconceitos tanto no campo bolsonarista quanto em setores da esquerda brasileira.

Episódios como a palestra na Hebraica e declarações antagônicas aos palestinos revelam o uso calculado da simbologia judaica para atender a objetivos eleitorais e ideológicos. Por outro lado, as contradições internas do Bolsonarismo, como a romantização de figuras nazifascistas, demonstram que sua suposta defesa da comunidade judaica opera mais no campo estético do que no ético ou político. Isso sugere que a aproximação com Israel e com setores da comunidade judaica é menos um compromisso genuíno e mais uma ferramenta para diferenciar-se da esquerda e consolidar uma base de apoio.

Vale ressaltar novamente, essa adesão não é homogênea, e a comunidade judaica brasileira está longe de ser monolítica em sua opinião política. As identidades não são fixas, mas sim fluidas e moldadas por uma variedade de influências sociais, históricas e culturais. A adesão de uma parte da comunidade judaica ao Bolsonarismo não deve ser interpretada como representativa de todo o grupo, da mesma forma que a rejeição a Bolsonaro também não reflete unanimidade. Os judeus brasileiros, assim como qualquer outro grupo social, são compostos por indivíduos com múltiplas lealdades e interesses.

O formato típico do antissemitismo brasileiro atual, o que podemos chamar de "velado", fez com que alguns membros da comunidade judaica fossem capturados pelo canto da sereia do Bolsonarismo. O apoio a Israel, somado com a identificação da esquerda brasileira com a Palestina, foi suficiente para que se ignorasse todo o histórico de aproximações e declarações pró-nazismo e antissemitas.

Como visto ao longo do trabalho, a adesão de grupos minoritários a políticas e políticos que, em teoria, atentam contra os seus direitos, está longe de ser exclusividade de uma parcela da comunidade judaica brasileira. Na verdade, é um processo muito mais longo, complexo e amplo do que seria possível explorar e explicar nas curtas páginas de um artigo acadêmico. Ainda assim, espera-se que este trabalho tenha ajudado a lançar um pouco de luz sobre o fenômeno, ao menos sobre as particularidades da relação dos judeus brasileiros com o Bolsonarismo.

Referências

APÓS dizer que Hamas deveria explodir, Flávio Bolsonaro recua e apaga publicação. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 02 abr. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/quero-que-voces-se-explodam-diz-flavio-bolsonaro-sobre-o-hamas.shtml. Acesso em: 02 abr. 2023.

BARRETTO JR., Walter. *Bolsonaro e seus seguidores*: 1560 frases. São Paulo: Geração Editorial, 2021.

DOUEK, Daniel. *Neste momento, está havendo uma manifestação de ativistas pró-palestinos em São Paulo*. Tweet, Twitter, 15 mai. 2021. Disponível em: https://twitter.com/ddouek/status/1393677733599842308. Acesso em: 11 jun. 2023.

FONSECA, Rubem. *Livro de ocorrências*. Rio de Janeiro: O Dia, 1998.

FONTETTE, François de. *História do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GHERMAN, Michel; GRIN, Monica. *Identidades ambivalentes*: desafios aos estudos judaicos no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

GHERMAN, Michel. *O não judeu judeu*: a tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo. São Paulo: Fósforo, 2022.

GONÇALVES, Eduardo. A deus o que é de César. *Veja*, 03 mai. 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/a-deus-o-que-e-de-cesar. Acesso em: 25 out. 2023.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IGEL, Regina. *Imigrantes judeus - escritores brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LOPES, Débora. O perfil do neonazista brasileiro — uma entrevista com a pesquisadora Adriana Dias. *Vice*, 14 mai. 2013. Disponível em: https://www.vice.com/pt/article/4xg3dj/o-perfil-do-neonazista-brasileiro-uma-entrevista-com-a-pesquisadora-adriana-dias. Acesso em: 20 fev. 2024.

MANN, Michael. *Entrevista não publicada concedida o autor*. 2024.

MELO, Patrícia. *Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELO, Patrícia. *Valsa negra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

MEMMI, Albert. Negritude and judeity.*European Judaism: A Journal for the New Europe*, v. 03, n. 02. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41442237. Acesso em: 11 jun. 2023.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu; TEIXEIRA, Carlos Sávio (org.). *Bolsonarismo*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2020.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita*: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PSZCZOL, Eliane; VAITSMAN, Heliete. *Antissemitismo, uma obsessão*: argumentos e narrativas. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2020.

ROCHA, Camila. "Liberalismo hoje acaba sendo sinônimo de liberalismo econômico": uma entrevista com Camila Rocha, autora de *Menos Marx, mais Mises*. *Pracs – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap*, v. 17, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/pracs/article/view/254. Acesso em: 22 dez. 2024.

ROSENFELD, Anatol. *Judaísmo, reflexões e vivências*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SCLIAR, Moacyr. *Enigmas da culpa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

SCHARGEL, Sergio; GUIMARÃES, Júlia. Between Antifascism and Antifa: A Conversation with Mark Bray, Author of *Antifa*. *Revista Brasileira de História*, v. 43, n. 92, p. 305–321, jan. 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/NTRQWC8CGHQZnmmnYJktSyJ/?lang=en#. Acesso em: 17 jan. 2024.

THE INSTITUTE OF JEWISH AFFAIRS. Antisemitism World Report 1995. Northamptonshire: 1995.
TONIOL, Rodrigo. O judeu imaginário do bolsonarismo. *Revista Serrote*, n. 39, nov. 2021, São Paulo, Instituto Moreira Salles.
TRAVERSO, Enzo. *As novas faces do fascismo*. Trad. Mônica Fernandes, Rafael Mello e Raphael Lana Seabra. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.
WEITHMAN, Paul. Comment: Reciprocity and the Rise of Populism. *Res Publica*, n. 26, 2020. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11158-019-09443-2. Acesso em: 11 jun. 2023.
ZÚQUETE, José Pedro. Novos tempos, novos ventos? A extrema direita europeia e o Islão. *Análise social*, v. 46, n. 201. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41494867. Acesso em 23 jun. 2021.